

CON JUN TURA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

REPUBLICANA

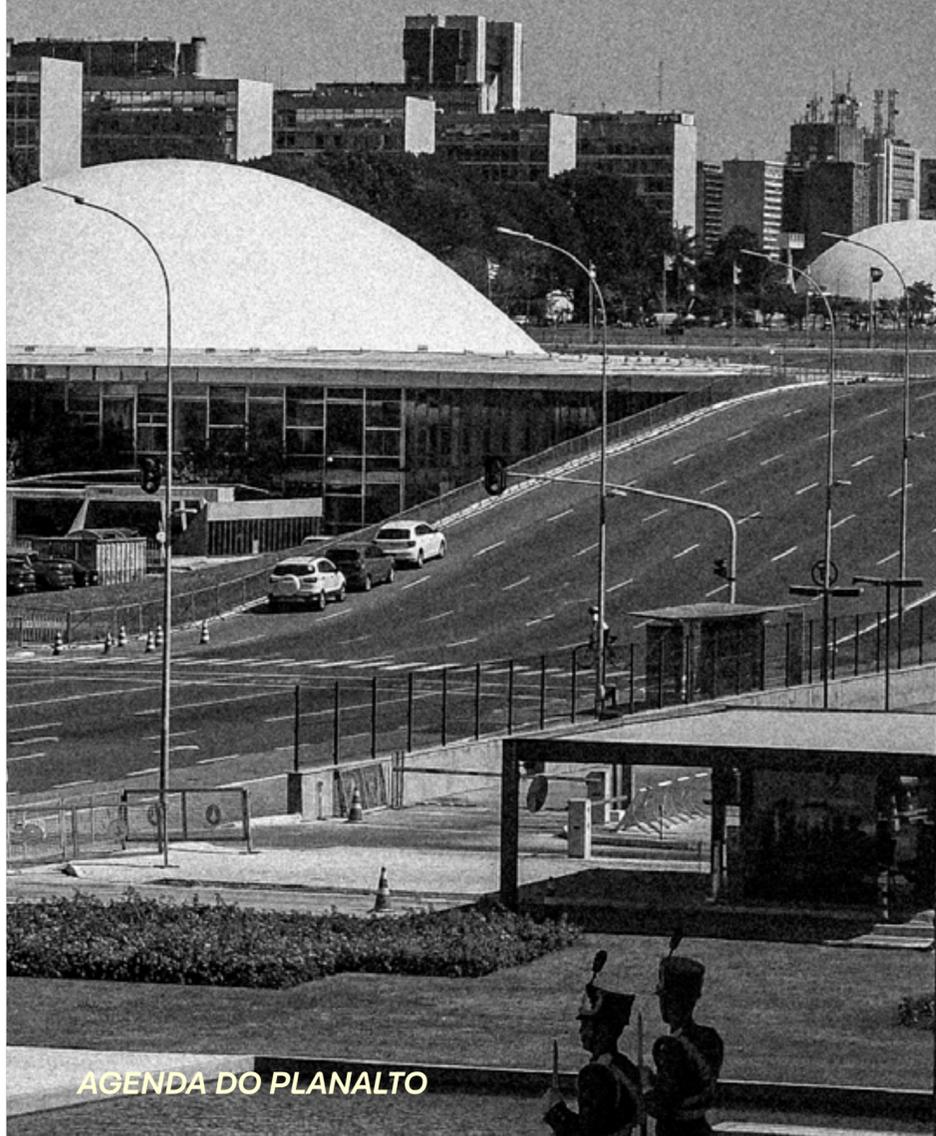


Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

AGENDA DO PLANALTO

GOVERNO SE DESDOBRA ENTRE INÚMERAS CRISES

P.3

SEGURANÇA PÚBLICA

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO COMEMORA
RECUPERAÇÃO DA
CRACOLÂNDIA**

P.6

DESTAQUE INTERNACIONAL

**CRISE SANITÁRIA
INTERROMPE
EXPORTAÇÕES DE
CARNE DE FRANGO**

P.9

VISÃO DO ESPECIALISTA

**PPPs:
OPORTUNIDADE
OU RISCO?**

P.11



2025 – Fundação Republicana Brasileira (FRB) ©

Direitos reservados em conformidade com a Lei nº 9.610/1998

PRESIDÊNCIA FRB:

Renata Sene (2025-2027)

GERÊNCIA FRB:

Gabrielle Assumpção

COORDENAÇÃO ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO FRB:

Denise Matos



COORDENAÇÃO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS (NEP):

Fábio Vidal

CON JUN TURA REPUBLICANA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

FICHA TÉCNICA | EDITORIAL

TEXTO:

Fábio Vidal – NEP/FRB

Gabriel Lana – NEP/FRB

Kamilla Dias – NEP/FRB

PROJETO GRÁFICO/DIAGRAMAÇÃO:

Igor Bessa – Ascom/FRB

REVISÃO/EDIÇÃO:

Tamires Lopes – Ascom/FRB

APOIO DE JORNALISMO:

Mazé Rodrigues – Ascom/FRB

MTB: 0014348/DF

FOTO ARQUIVO:

Carlos Gonzaga – Ascom/FRB



PÓS 20 25 GRADUAÇÃO

**Assessoria Parlamentar,
RelGov e Lobby**

18x
R\$ **249,60**

Inscrições Abertas



EaD ao vivo



Duração: 12 meses

#VemPraRepublicana



GOVERNO SE DESDOBRA ENTRE INÚMERAS CRISES

A penúltima semana de maio foi marcada por intensa pressão sobre o Governo Federal. A principal preocupação do Palácio do Planalto tem sido conter os desgastes políticos enfrentados pela presidência e esclarecer as ações promovidas pelo Governo.

Na terça-feira (20), o presidente Lula participou da 26ª Marcha dos Prefeitos, evento promovido pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que reuniu milhares de prefeitos de todo o Brasil. A presença do presidente foi marcada por vaias de representantes municipais contrários à sua atuação, o que gerou ampla repercussão.

As críticas de prefeitos e vereadores reforçam a tendência de enfraquecimento da imagem do Governo. Afinal, esses representantes serão fundamentais na futura disputa eleitoral de 2026, e uma eventual rejeição por parte deles representará um desafio ainda maior no próximo pleito.

Além das repercussões na Marcha dos Prefeitos, o Planalto também busca formas de minimizar os danos provocados pelo escândalo do INSS. Nesta semana, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, permaneceu em Brasília para tentar definir a estratégia do Planalto.

Enquanto isso, aliados do Governo tentam adiar a leitura do requerimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), prevista para a próxima terça-feira (27).

A expectativa é que, com o adiamento, o INSS tenha tempo para ressarcir as vítimas do escândalo, o que poderia reduzir a pressão sobre o Governo Federal.

AGENDA DO PLANALTO

Embora essa crise envolvendo o INSS seja o principal desafio do Planalto, outros focos de desgaste também se intensificaram. Na terça-feira (20), o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, foi convocado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado para esclarecer a concessão de asilo político à ex-primeira-dama do Peru, Nadine Heredia, condenada a 15 anos de prisão pela Justiça peruana por lavagem de dinheiro.



Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Já na quarta-feira (21), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou de uma reunião conjunta das Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC).

Assim, a agenda da semana evidencia inúmeros conflitos emergentes. O Planalto tem se desdobrado entre promover ações que fortaleçam a imagem da Presidência e conter os diversos desgastes políticos que comprometem a aprovação do Governo.

PREFEITURA DE SÃO PAULO COMEMORA RECUPERAÇÃO DA CRACOLÂNDIA

Na manhã de terça-feira (13), imagens da conhecida “Cracolândia” completamente esvaziada chamaram a atenção dos noticiários nacionais. O episódio gerou críticas de opositores do prefeito Ricardo Nunes (MDB/SP), mas foi comemorado por autoridades como um sinal de avanço nas ações integradas de segurança pública e assistência social.



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

O termo “Cracolândia” surgiu pela primeira vez em uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1995. Desde então, diversas gestões paulistas buscaram soluções para a grave crise sanitária que se instalou na região.

O “fluxo”, como é chamada a maior concentração de usuários de drogas, já mudou de lugar incontáveis vezes.

Sua presença provoca desvalorização imobiliária, queda nas vendas do comércio nas redondezas e aumento da sensação de insegurança, especialmente pelo medo que moradores têm de serem assaltados por usuários.

Embora o esvaziamento da Cracolândia já tenha durado mais de uma semana, o prefeito Ricardo Nunes não considera que o problema esteja totalmente resolvido. Ele afirma que os resultados são surpreendentes e são reflexo de um trabalho contínuo. Segundo o prefeito, a Cracolândia já vinha apresentando redução no número de pessoas, com muitos usuários aceitando tratamento, retornando aos seus Estados de origem ou concordando com internações.

A gestão municipal atribuiu os resultados obtidos a diversas ações, como a demolição de imóveis vinculados ao crime organizado na favela do Moinho. O vice-prefeito da cidade, Coronel Mello Araújo,

destaca que o alinhamento com a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos/SP) também teve grande influência nesse processo.

Caso seja confirmada, a vitória na recuperação da área da Cracolândia representará um sucesso tanto para o modelo de gestão da prefeitura de São Paulo quanto para o governo de Tarcísio, podendo exercer forte influência nas disputas eleitorais do Estado.



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

CRISE SANITÁRIA INTERROMPE EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO

Na quinta-feira (15), o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) confirmou o primeiro caso do vírus da influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP) em um matrizeiro de aves comerciais no município de Montenegro, no Rio Grande do Sul.

Após a confirmação, os principais parceiros comerciais do Brasil suspenderam as importações de carne de frango brasileira, mantendo a restrição até que a situação seja completamente solucionada.

Cálculos preliminares do governo indicam que o país pode deixar de exportar entre 50 mil e 100 mil toneladas de carne de frango por mês.

Embora a suspensão das exportações possa prejudicar os produtores nacionais, a medida será temporária. O secretário de Comércio e Relações Internacionais do MAPA, Luis Rua, informou que o

DESTAQUE INTERNACIONAL

ministério tem atuado com total transparência junto aos parceiros comerciais, o que tende a reforçar a confiança no sistema sanitário brasileiro.

As práticas sanitárias do Brasil são mundialmente reconhecidas, e as ações do governo já conseguiram erradicar outras doenças, como a febre aftosa, que afeta principalmente animais ruminantes.

Mesmo diante da rápida resposta das autoridades brasileiras, a crise da gripe aviária poderá gerar um impacto de até US\$ 200 milhões por mês, até que as exportações sejam retomadas.



FRB INDICA

No livro **Presidencialismo de Coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**, Sérgio Abranches aprofunda o conceito que ele mesmo formulou nos anos 1980 para explicar a dinâmica institucional do Brasil.

A obra analisa as consequências desse arranjo, como a fragmentação partidária, a barganha política e os desafios para a governabilidade, além de discutir possíveis reformas.

PPPs: OPORTUNIDADE OU RISCO?

A defesa das parcerias público-privadas (PPPs) na educação, especialmente em escolas públicas, baseia-se na ideia de que a colaboração entre o setor público e a iniciativa privada pode ampliar recursos, melhorar a infraestrutura e otimizar a gestão escolar, sem comprometer a responsabilidade pedagógica do Estado.

Proponentes dessas parcerias argumentam que elas permitem a entrega mais rápida de unidades escolares bem equipadas, garantem serviços de apoio (como limpeza, segurança e alimentação) mais eficientes e liberam os gestores para focarem na qualidade do ensino.

Foto: Arquivo FRB



FÁBIO VIDAL

Fábio Vidal é graduado em Ciência Política pelo IPOL/UnB e mestre em Sociologia SOL/UnB, atua como professor e coordenador acadêmico na Faculdade Republicana, também é pesquisador e palestrante na Fundação Republicana Brasileira (FRB).

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) protocolada pelo PSOL contra a prefeitura de Caraguatatuba reacende um debate relevante, mas também revela certo moralismo seletivo diante das urgências da educação pública. Em um país onde muitas escolas carecem até de itens básicos, por que impedir que a iniciativa privada contribua com materiais e uniformes em troca de algo simbólico, como a inserção de logomarcas? A medida, aprovada por lei municipal, não privatiza a educação nem interfere no conteúdo pedagógico, apenas reconhece que o apoio privado pode aliviar o orçamento público e beneficiar os alunos, especialmente os mais pobres.

Há exemplos que reforçam como a colaboração público-privada pode ajudar onde o Estado é demasiadamente lento. Lançado em 2023, o Programa Parceiro da Escola é uma PPP entre o governo do Paraná, a Tom Educação e a Apogeu Gov. Implantado em duas escolas, o programa contratou tutores, eliminou aulas vagas, incentivou

a frequência e promoveu melhorias na infraestrutura, como reformas e aquisição de equipamentos tecnológicos.

Em São Paulo, doze Centros Educacionais Unificados (CEUs) estão sendo construídos via PPPs. As empresas cuidam da construção e dos serviços de limpeza, manutenção, vigilância e TI, enquanto a Secretaria de Educação mantém a gestão pedagógica e a merenda escolar.

É fundamental preservar nossas crianças e nossos adolescentes durante toda a formação, não apenas em sala, mas em todo o ambiente escolar. A escola deve ser um espaço de segurança, respeito e desenvolvimento saudável, valores que não podem ser comprometidos por interesses comerciais indiscriminados.

Não é aceitável que estudantes da educação básica usem uniformes ou materiais com marcas de apostas, bebidas alcoólicas ou

produtos nocivos à saúde. É justamente para evitar tais abusos que a regulamentação é necessária. Aliás, é importante ressaltar que crianças e adultos cotidianamente adquirem camiseta de times de futebol que trazem inscrições de grandes marcas e isso não gera incomodo na maioria das pessoas.

Parcerias com a iniciativa privada devem seguir critérios éticos e pedagógicos, garantindo a proteção integral de crianças e adolescentes. A publicidade não supervisionada pode abrir brechas perigosas. No entanto, fechar as portas ao setor privado e manter uma educação desconectada da realidade e do mercado de trabalho, majoritariamente privado, é, literalmente, comprometer o futuro da educação.

Disclaimer: as opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor, na qualidade de consultor, e não refletem, necessariamente, a posição institucional da Fundação Republicana Brasileira (FRB) ou do Republicanos.



AJUDANDO A FORMAR CIDADÃOS

CONTATO@FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR

SIGA A FUNDAÇÃO REPUBLICANA
BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS



WWW.FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR